



GT 04. Antropologia Biológica e interfaces biologia e cultura: história, pesquisas atuais e perspectivas futuras

Coordenador(es):

Verlan Valle Gaspar Neto (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Pedro Jose Tótorá da Glória (Universidade Federal do Pará)

A história da Antropologia Biológica remonta, pelo menos, ao século XIX, tanto nos chamados centros irradiadores (EUA e Europa) quanto em outros países, inclusive no Brasil. Das primeiras investigações até os dias atuais, a Bioantropologia brasileira tem se apresentado multifacetada, com uma profusão de estudos com reconhecida inserção na comunidade antropológica internacional. Não obstante, praticamente inexistem hoje, no Brasil, espaços de discussão que abordem as interfaces entre Biologia e as ciências humanas, incluindo em um mesmo fórum pesquisas realizadas em Etnobiologia, Antropologia Ecológica, evolução biocultural, Antropologia Forense, Bioarqueologia, Antropologia Genética, Socioecologia da Saúde, Primatologia, entre outros campos correlatos. Inspirada em iniciativas como o simpósio “Reintegrating Anthropology” (Portugal, 2016), organizado pela Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, e o livro editado por Tim Ingold e Gisli Palsson, *Biosocial Becomings: Integrating Social and Biological Anthropology* (2013), a proposta deste GT é abrir espaço a investigações de natureza teórica, experiências em trabalho de campo, bem como relatos de iniciativas institucionais, que contemplem os aspectos históricos, os múltiplos temas atuais, as perspectivas futuras e, sobretudo, as possibilidades de diálogo entre Biologia e Antropologia no e a partir do Brasil.

Laboratórios de Antropologia Forense: um campo de batalha antropológico na construção de corpos humanos

Autoria: Victória Franco Martin (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este work tem como objetivo levantar reflexões acerca da Antropologia Forense, e as tensões entre Antropologia Biológica e Antropologia Social que permeiam essa área. Para isso, partirei de um estudo comparativo de caráter etnográfico, desenvolvido por mim entre 2014 e 2016: primeiro, no laboratório do Serviço de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto (IMLAP), principal unidade da região metropolitana do Rio de Janeiro; e segundo, no laboratório do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF), onde atuei como voluntária em um projeto de identificação de desaparecidos políticos intitulado Grupo de work Perus (GTP). Este estudo me permitiu ter uma ampla concepção da Antropologia Forense e suas práticas em contextos bastante distintos. Assim, além de problematizar o suposto caráter objetivo, neutro e apolítico dos saberes científicos, busquei compreender de que modo a produção destes saberes, em diferentes contextos e processos de legitimidade, produzem corpos humanos, a partir de "objetos morto-vivos" (ossos), simbólica e socialmente dentro do laboratório. Nesses ambientes, predominam os discursos científicos biomédicos e jurídicos, cabendo ressaltar que há uma construção institucional dos mortos que se dá através do encontro e confronto desses discursos, que se chocam e ao mesmo tempo se complementam num processo de construção, significação e re-significação dos remanescentes ósseos humanos que, embora carreguem o estigma da morte, dão vida ao laboratório de Antropologia Forense e têm vida social dentro e fora dele.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: